

O MICROCRÉDITO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA CONJUNTURA SÓCIO-ECONÔMICA BRASILEIRA

Gilvan Dias de Lima Filho (gilvandi@gmail.com)*
Maria Valdilene da luz (valdileneluz@yahoo.com.br)**

RESUMO

O artigo se propõe a mostrar os possíveis benefícios e custos sociais que o microcrédito pode gerar na economia e na sociedade. Relatar as externalidades que podem contribuir para a minimização da pobreza e da exclusão social, que são ocasionados por tantos fatores, como a globalização, o processo de urbanização, a precarização das relações trabalhistas, entre outros. O microcrédito tem metodologia própria e garantias diferenciadas das utilizadas no crédito tradicional para se adequar as realidades dos pequenos negócios formais e informais. Portanto, mesmo podendo gerar custos à sociedade, devido às falhas de informação no setor financeiro, o microcrédito pode afetar de modo positivo a sociedade e beneficiar o ciclo econômico do Brasil.

Palavras-chave: Externalidades, Microcrédito, Inclusão Social.

ABSTRACT

The article to show to the benefits possible and social cost that the microcredit can to beget at economy end at society. To relate the externalidades that can contribute to the decrease of the poverty and social exclusion, that are cause by factors as much, the globalização, the urban proceeding, the precariousness of the laborite relation, between other. The microcredit have proper methodology end warrant different of utilize in traditional credit for to adapt the reality of the business little regularities end irregularities. Therefore, even caning to beget cost in the society, due the information error in the financial sector, the microcredit can to affect the mode positive the society end to benefit the economic cycle of the Brazil.

KeyWords: Externalidades. Microcrédit. Social Exclusion.

* Doutorando em Educação Brasileira (Linha: Economia Política, Sociabilidade e Educação) pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Mestre em Economia Rural e Regional pela Universidade Federal de Campina Grande. Professor Efetivo da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) – Centro de Desenvolvimento do Semiárido (CDSA);

** Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade do Vale do Ipojuca.

1 Introdução

A história do país demonstra uma aparente preocupação pela pobreza, conforme alguns relatos bibliográficos que demonstram a proliferação e não execução de planos de desenvolvimento econômico, que poderiam redistribuir melhor a renda e gerar mais emprego nas camadas menos favorecidas da sociedade. Essas políticas públicas, afirmam Soares e Melo Sobrinho (2007), tinham um argumento culinário de primeiro deixar “o bolo crescer para depois repartir”. “O bolo de fato cresceu”, mas sua distribuição não foi exatamente o esperado. As disparidades só aumentavam, principalmente, quando a indústria financeira emergiu com força no país, deixando à margem as pessoas de baixa renda. Devido aos altos retornos que essa indústria especulativa propiciava aos seus aplicadores, inibindo o empreendedorismo que possui maior potencial de gerar emprego e renda na sociedade.

Diante de tantos problemas econômicos e sociais, cabe ao governo programar políticas que amenizem os impasses que dificultam e afetam o bem-estar da sociedade. Essa intervenção estatal no mercado é essencial à correção de algumas falhas. Para Giambiagi (2000), a existência do governo é necessária para guiar, corrigir e complementar o sistema de mercado que, sozinho, não é capaz de desempenhar todas as funções econômicas. Portanto, de acordo com tal premissa, o governo deve promover diversas políticas com o intuito de permitir a inclusão social e distribuir melhor a renda do país. Dentre elas, o microcrédito vem crescendo e se destacando por gerar efeitos benéficos à sociedade e a economia.

O microcrédito, conforme afirma Pereira (2007), é um segmento de crédito que possui uma responsabilidade com a camada da população sem acesso ao crédito para investimento em atividades informais e de pequeno porte, inclusive as de economia solidária. Essa atividade tem metodologia própria e métodos de garantia diferenciados daqueles utilizados no sistema de crédito bancário tradicional.

Logo, esta modalidade creditícia pode contribuir para o resgate da cidadania dos tomadores, com o fortalecimento da dignidade e da auto-estima, resultando em uma elevação da renda familiar, propiciando o aumento do consumo, aquecendo o ciclo econômico e gerando crescimento na economia, podendo contribuir para o desenvolvimento nacional. Apesar dessas externalidades positivas que beneficiam a muitos, o microcrédito também apresenta externalidades negativas que afetam alguns setores da sociedade, como o aumento da poluição ambiental, as assimetrias de informação, ineficiência na focalização, entre outras.

Sobre a metodologia, o trabalho foi elaborado baseado nos métodos de pesquisa exposto por Gil (2002), classificando-a quanto aos fins, ou seja, com base em seus objetivos e quanto aos meios, baseado no procedimento técnico utilizado.

Quanto aos fins, a pesquisa é descritiva, tendo como principal objetivo a descrição de algo, expondo as características do microcrédito no Brasil, bem como seus efeitos na economia e na sociedade.

Quanto aos meios, a pesquisa é bibliográfica, por consistir no exame sistemático de informes ou documentos publicados, como os livros, artigos, revistas e material disponível no meio eletrônico (internet). Os dados necessários à elaboração deste trabalho foram colhidos em fontes oficiais e confiáveis, como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o Ministério de trabalho e emprego (MTE), o Banco Central do Brasil (BCB) e o Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA) no intuito de padronizar os dados utilizados e evitar informações aleatórias que prejudicasse a veracidade e a credibilidade deste trabalho acadêmico, procurando manter apenas os benefícios desse tipo de pesquisa.

2 A pobreza e a exclusão social no processo de desenvolvimento do Brasil

Para Corsini (2007), a pobreza e a exclusão social são problemas complexos que requerem uma discussão de maneira distinta e complementar, necessária a compreensão da relação existente entre pobreza e economia informal.

De modo geral, a pobreza é um estado de carência material de um indivíduo, incapacitando-o de suprir as necessidades socialmente padronizadas e aceitas num dado período da história. O estado de pobreza dificulta a interação entre os agentes econômicos, deixando à margem da sociedade as pessoas pobres, sem condições de prover o consumo necessário estabelecido como padrão socialmente aceito. Ocorrendo um isolamento social, fazendo com que as pessoas se sintam envergonhadas da condição de ser pobre, abandonando a condição de atuante e aceitando a posição de inferioridade imposta pela sociedade.

A exclusão social não se limita apenas a ausência de rendas, mas configura-se a soma de inexistência de outras variáveis como habitação e educação, que em conjunto possibilita dificuldades de acesso a novas possibilidades de ocupação e emprego, gerando mais desigualdade e, conseqüentemente, mais pobreza. Esse processo é motivado pelas inovações tecnológicas que, nos últimos anos, tem se intensificado pelo mundo. E assim, ocasionando profundas mudanças no mercado e nas relações de trabalho que são sentidas fortemente pelas pessoas que compõem a base da pirâmide social brasileira. Entretanto, também há outros fatores contemporâneos que auxiliam a ampliação e o fortalecimento da exclusão social, como a globalização e o processo de urbanização no Brasil.

O êxodo rural, ou seja, a rápida migração das pessoas que vivem no campo para as cidades, favoreceu os aglomerados de pessoas num ambiente sem infra-estrutura adequada, formando as periferias dos centros urbanos. E com isso, intensificando a pobreza, devido às faltas de oportunidades de geração de emprego e renda, advindos da reestruturação produtiva, da desqualificação e da baixa escolaridade.

O processo de desenvolvimento nas sociedades capitalistas, assim como no Brasil, se dá pela apropriação do excedente e pelo aumento da produtividade. Essa apropriação é importante para diversificar a economia, mas contribui para o aumento das desigualdades de renda no país e para a exclusão social. Contudo, como não se pode negar esse processo, cabe então, aos gestores públicos que querem minimizar as disparidades sociais, proporem programas que incentivem a criação de valor nas atividades pertencentes às pessoas de baixa renda. Para que, se concretize o círculo virtuoso de criação e apropriação do excedente que acontece nas grandes empresas, contribuindo para o aumento da produtividade nos pequenos negócios e do bem-estar das pessoas de baixa renda

Portanto, o microcrédito pode ser visto como uma política que pode contribuir para a minimização da pobreza através de alternativas de trabalho e renda propiciados pelos microempreendedores do setor formal ou informal que admitem mão-de-obra local e familiar como forma de intensificar o efeito de inclusão social, não apenas no nordeste, mas também em outras regiões deficitárias de ocupação e renda.

3 Noções preliminares: da informalidade ao empreendedorismo

A intensa precarização das relações de trabalho no mundo capitalista ocasionada pelo processo de globalização aumenta as estatísticas do desemprego e agrava as desigualdades sócio-econômicas nos países em desenvolvimento como o Brasil. Diante dessa realidade, o trabalho informal vem se expandindo na economia, como alternativa imediata de superação do desemprego e de prover as necessidades essenciais de consumo da família.

A informalidade, de acordo com Sgreccia (2006), é constituída por pessoas que trabalham por conta própria, não possuindo registros de seus empreendimentos, que normalmente são pequenos e com poucos funcionários. Esses pequenos negócios informais e as empresas de pequeno porte propiciam a geração de emprego e renda na economia, pelo fato de absorver capital humano em maior quantidade do que nas grandes empresas que demandam mais tecnologia e menos trabalhadores.

Os avanços tecnológicos utilizados nos grandes empreendimentos no intuito de promover a eficiência e a eficácia da empresa trazem consigo um *trade-off* (produtividade x desemprego). Conseqüentemente, esses avanços são desejados e importantes para a modernização da economia, mas ao mesmo tempo nocivo para a classe trabalhadora. Pois a demanda por mão-de-obra se retrai, dando espaço à tecnologia. Diante dessa realidade surge o desemprego estrutural, ou seja, a eliminação de alguns postos de trabalho e o surgimento de novas profissões, que para suprir essa nova demanda é necessário que o trabalhador se atualize investindo em educação. Mas, muitos trabalhadores não acompanham esse desenvolvimento tecnológico e acabam ficando excluídos do mercado de trabalho aumentando os índices de desemprego no país e com isso, muitas vezes recorrendo ao emprego informal.

Segundo Kandir (1998), os gestores de políticas públicas que desejam minimizar as estatísticas do desemprego devem encontrar soluções consistentes para liberar e fortalecer o potencial empreendedor do maior número de pessoas com talento para negócios gerando renda e ampliando as formas de ocupação na sociedade. Esse empreendedorismo é uma das formas de inclusão social no Brasil que necessita de novos negócios para suprir a necessidade de novos postos de trabalho, principalmente, para os desempregados das camadas menos favorecidas da sociedade, que possuem associado um grau de escolaridade mínima, impossibilitando-os de trabalhar em grandes companhias.

O Brasil, conforme pesquisa do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2003), ocupava naquele ano o 7º lugar mundial, como um país com alto grau de empreendedorismo, que com inovações e novas combinações de força produtiva beneficia toda a sociedade, melhorando a qualidade de vida dos familiares envolvidos nos novos negócios devido a elevação da renda, proporcionando um aumento da demanda efetiva, aquecendo o ciclo econômico.

Portanto, cabe ao governo incentivar o surgimento das micro e pequenas empresas sintetizando a burocratização na formalização desses novos empreendimentos que são indispensáveis para o crescimento da economia e para melhores condições de trabalho.

Sabe-se que, muitos empreendimentos acabam fechando as portas devido às dificuldades encontradas pelos empresários, principalmente, pelos impasses no acesso ao crédito e a alta carga tributária, que afeta à saúde financeira da empresa.

De acordo com a Pesquisa do SEBRAE (2003), os principais motivos que levam ao fechamento das empresas estão relacionados às falhas gerenciais, causas econômicas e a falta de políticas públicas que atendam as necessidades dos empreendedores. Para Kandir

(1998), o Brasil perde muito emprego e renda com o fechamento desses empreendimentos, que muitas vezes necessitam de crédito para superar os problemas financeiros.

O crédito tem sua importância econômica e social, pois possibilita as empresas aumentarem a produtividade, além de incentivar o consumo, assim como pode ser um forte componente estimulante no processo inflacionário. Portanto, conclui-se que, o crédito bancário possui vantagens à economia, mas é necessário cautela na sua concessão, para que esse incentivo ao aumento dos gastos não gere um aumento contínuo e generalizado dos preços (inflação) na economia.

O crédito proporciona na economia um aumento do nível de investimento, ocasionando uma elevação na renda. Conforme a teoria keynesiana, o nível de renda de uma economia dependerá de duas variáveis: da propensão marginal a consumir e dos gastos autônomos; quanto maiores forem essas variáveis, maiores será a renda em uma economia. Portanto, aumento no investimento e/ou no consumo amplia a renda e, por conseguinte a demanda.

4 Externalidades positivas

4.1 Democratização do crédito

Muitos dos empreendedores de pequeno porte e de baixa renda estão excluídos do Sistema Financeiro Tradicional, no sentido de obtenção de crédito para investir em sua atividade produtiva, seja por falta de garantias reais ou por não despertarem interesse dos bancos tradicionais, que se interessam apenas pelo retorno que os grandes empréstimos os propiciam. De fato, esse pequeno empréstimo denominado de microcrédito vem suprir essa necessidade de financiamento dos pequenos negócios que também tem sua importância para a economia e que contribui para a inclusão social e com isso abranger milhares de pessoas que estão à margem do sistema tradicional, ocasionando um processo de democratização do crédito produtivo.

Sem dúvida, este programa propicia aos agentes produtivos de baixa renda o acesso ao crédito, garantindo a sustentabilidade do negócio e afetando as condições de vida dos familiares beneficiários dessa atividade creditícia. Para Caldas (1995-2005), o microcrédito representa uma forma de democratizar o acesso ao dinheiro, livrando os microempreendedores dos agiotas.

O quadro 1 mostra a relação Empréstimos/PIB de alguns países, ressaltando a importância do aumento do crédito para elevar o PIB (Produto Interno Bruto), ou seja, a

riqueza do país. Esse quadro revela também que essa relação é superior nas economias mais desenvolvidas.

Quadro 01 – Relação Empréstimos/PIB (%)

PAÍSES	1990	1997	2005
EUA	144	199	260
Alemanha	89	110	112
França	94	82	94
Japão	196	192	99
China	88	98	115
Índia	25	24	41
Brasil	24	29	31
Argentina	16	22	12

Fonte: Banco Mundial apud Soares e Melo Sobrinho 2007.

A situação do Brasil nessa relação demonstra claramente que há fatores que impedem o aumento dessa relação, como a política de crédito aplicada que ainda é bem reduzida devido a expectativa inflacionária que acompanha historicamente o Brasil e outros fatores históricos, políticos e econômicos que favorecem esse resultado. Dessa forma, a política de microcrédito pode favorecer a elevação desse percentual devido à democratização do crédito que amplia o número de empreendimentos beneficiados e, por conseguinte pelo aumento da produtividade, ou seja, da riqueza do país.

4.2 Investimento e Produtividade

A disponibilidade de crédito na economia demonstra o grau de investimento existente no país. Mas, sabe-se que o crédito não é a única variável que o estimula, depende também da taxa de juros real da economia. Se a política de crédito for expansionista, os agentes empreendedores, conseqüentemente serão estimulados a investirem em novos negócios ou ampliando o existente, caso a política seja contracionista, via diminuição de crédito na economia o efeito será contrário. Portanto, há uma relação direta entre crédito e investimento. O microcrédito pode incrementar o nível de investimento na economia, pelo fato de oportunizar acesso ao crédito a um número maior de empreendedores formais e informais sem acesso ao crédito tradicional, gerando benefícios para a sociedade, além de contribuir na elevação da produtividade do microempreendimento beneficiado.

Segundo Lima (2004), a produtividade do capital, quando ele é aplicado nas microempresas que são excluídas do crédito tradicional é muito alta. Isso ocorre porque a

adição de capital em setores que se utilizam de maior fator trabalho faz com que a produção aumente proporcionalmente acima do investimento utilizado.

Portanto, esse crédito popular pode ser utilizado na aquisição de fatores produtivos que são essenciais ao bom funcionamento do negócio, como a obtenção de matéria-prima, maquinários e mão-de-obra. O aumento desses fatores, se bem aplicados, poderão ocasionar uma elevação no produto, contribuindo para a continuidade e sustentabilidade da microempresa.

4.3 Emprego, renda e inclusão social

O crédito produtivo ao incentivar um aumento no investimento e na propensão marginal a consumir, o nível de emprego na economia tende a ser mais elevado, conforme afirma a teoria keynesiana.

Com esse incentivo ao surgimento e a continuidade das microempresas, o microcrédito possibilita uma maior demanda por mão-de-obra, tendo em vista, que esses pequenos empreendimentos se utilizam mais de capital humano do que tecnologia. Em consequência, o índice de desemprego se retrai, principalmente entre os mais pobres com menor escolaridade. Os incrementos na renda familiar, oriundo dos novos postos de trabalho, beneficiam famílias retirando muitas pessoas da linha da pobreza e elevando sua renda até um valor social compatível com a necessidade familiar.

De acordo com Costantin (2002), o programa de microcrédito é um instrumento de transformação social importante nos países em desenvolvimento com uma grande desigualdade de distribuição de renda, como é o caso do Brasil. Este programa em conjunto com outras políticas públicas contribui para a minimização da pobreza, através da geração de emprego e renda na sociedade.

Para o SEBRAE (2008 apud Crescer Crédito Solidário 2008), as micro e pequenas empresas são responsáveis por 42% dos salários pagos, 48% da produção nacional, 68% da oferta de mão-de-obra e cerca de 30% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. Com isso, percebe-se a importância do crédito produtivo para esse setor, pois possibilitará uma maior absorção de trabalho o que contribui para diminuir as estatísticas do desemprego.

Conforme Jordão (2003), 1,8 milhão de empregos podem ser criados ou mantidos nos próximos cinco anos, mediante empréstimos de pequeno valor, por meio de 800 mil operações de crédito. Em uma pesquisa no Banco do Povo de Santo André no estado de São Paulo, realizado por André Bezerra Cavalcante, para tese de dissertação de mestrado na Fundação Getúlio Vargas, constatou-se que 90% dos microempreendimentos que utilizaram o

crédito produtivo aumentaram ou mantiveram suas vendas, 83% tiveram aumento na receita e 93% contrataram mais pessoas.

Conforme Sgreccia (2006), o microcrédito pode contribuir para a inclusão social, pois faz com que todas as classes sociais tenham acesso ao crédito e alguma chance de se inserir no mercado de trabalho, seja como autônomo ou como assalariado.

A inclusão social depende diretamente da geração de emprego e renda. Se os familiares beneficiários têm um incremento na renda, isso possibilitará um maior gasto em educação dos filhos, na saúde da família, uma melhor infra-estrutura de moradia, um aumento na demanda de bens de consumo e de capital. Portanto, a população que vive à margem da sociedade e que se beneficia de alguma forma desse programa de microcrédito terá uma elevação no nível de consumo e melhorias na qualidade de vida. Como consequência, haverá a inserção de muitas pessoas de baixa renda nos níveis sociais mais elevados que o anterior, retirando muitas pessoas da linha de pobreza através de novas oportunidades de ocupação.

4.4 Descentralização da atividade econômica (fortalecimento dos APL'S)

A concessão do crédito produtivo para pequenos empreendimentos além de ser visto como um programa social se aplica também como um programa econômico que fortalece o ciclo econômico e descentraliza geograficamente a atividade produtiva.

Essa descentralização produtiva dos grandes centros é benéfica para o Brasil, tendo em vista que as capitais e as grandes cidades se deparam com o dilema da migração de pessoas do interior que superlotam essas cidades em busca de uma oportunidade de emprego e uma melhor qualidade de vida.

O microcrédito beneficia cidades com altos índices de desemprego, podendo facilitar a criação de novos negócios, que por pequeno que seja é uma oportunidade de ocupação e geração de renda familiar, incentivando as pessoas a não migrarem para outra cidade ou para outra região. Em várias regiões, o microcrédito valoriza a cultura e as potencialidades da comunidade, propiciando um incentivo às práticas produtivas que cada região tem de melhor. É o chamado fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais (APL'S), que são agrupamentos de pequenos negócios em uma região, contribuindo para o ciclo econômico, captando mão-de-obra local e gerando a interiorização da atividade produtiva.

Essas aglomerações para Lima *et al* (2000-2008) geram a interiorização do desenvolvimento, dinamização das regiões estagnadas e diminuição das disparidades inter e intra-regional. Para que esses benefícios sejam intensificados é necessário que o programa de crédito seja flexível quanto às exigências colaterais, pelo fato de cada arranjo produtivo ter

sua peculiaridade única, necessitando de novos aprimoramentos. Mas, sabe-se que esse modelo de interiorização de oportunidades não depende exclusivamente do crédito para gerar economias externas na região, mas de uma ação conjunta com outras políticas públicas que priorizem a capacitação empresarial, a infra-estrutura local e o acesso a tecnologia. Essas ações conjuntas favorecem o fortalecimento desses arranjos, tornando-os mais competitivo no mercado.

5. Externalidades negativas

5.1 Problemas de informação

O mercado de financeiro não possui informações perfeitas sobre suas transações e isso pode acarretar riscos para as instituições financeiras. Para Vasconcellos e Oliveira (2000), os problemas de informação nesse mercado surgem pelo fato de uma das partes envolvidas no contrato ter mais informações relevantes que a outra. Essa falta de informação no que se refere ao cumprimento dos contratos pode ser maléfica para o setor creditício podendo acarretar a ineficiência, prejudicando a sustentabilidade do programa devido à inadimplência que é a consequência desse efeito.

Conforme assevera Toneto Jr e Gremaud (2002), o fato de ocorrer assimetrias de informação pode gerar problemas como a seleção adversa e o risco moral. O primeiro se refere à possibilidade da instituição de microcrédito selecionar o cliente de pior qualidade, ou seja, não pagador. Isso pode ocorrer *ex ante* dos contratos serem firmados entre a instituição e o tomador do crédito. Devido ao monitoramento e as precauções realizadas no intuito de diminuir riscos, as imperfeições nas informações prejudica a eficácia e a eficiência do programa de crédito popular. O segundo se refere a um efeito *ex post*, ou seja, acontece logo após a realização do contrato entre as partes e ocorre pela impossibilidade do credor observar as ações realizadas pelo contratante e que pode afetar a capacidade de pagamento do contrato. Assim, por exemplo, o tomador pode utilizar o crédito em outra ação que não a estipulada no contrato e com isso podendo aumentar a probabilidade de ocorrer riscos de inadimplência.

Outra dificuldade que pode surgir no mercado é a relação principal-agente, onde o agente (tomador) pode afetar o bem-estar do principal (a instituição). Esse fato pode ocorrer devido à limitação da instituição em acompanhar a administração dos recursos advindos do programa de microcrédito, de forma a assegurar o sucesso do empreendimento e, por conseguinte à capacidade de pagamento do empréstimo.

Para que esses riscos sejam minimizados, o governo deve promover cursos de qualificação tanto aos tomadores, para que os recursos sejam alocados de forma a gerar

eficiência no negócio, quanto às instituições ofertantes, para que a análise de concessão seja realizada de forma a diminuir os problemas de informação e com isso os índices de inadimplência.

5.2 Endividamento, risco concentrado e inadimplência

O crédito tem suas vantagens econômicas e sociais, mas não se pode esquecer que essa concessão significa um maior endividamento na sociedade. A partir do momento em que os microempreendedores formais ou informais adquirem essa dívida para o bom funcionamento do negócio, se não for bem administrada pode gerar dificuldades futuras. Com isso, há possibilidade de contrair outro empréstimo, seja com familiares, amigos ou outro meio para cobrir a dívida no banco, podendo ocorrer um endividamento ainda maior, onde se contrai uma dívida para pagar outra, ocorrendo o efeito Ponzi, que demonstra a situação de um devedor que contrai dívidas no presente para honrar com as dívidas passadas.

As operações de microcrédito não são muito difundidas no Brasil, devido a isso a demanda efetiva é pequena frente ao potencial de pequenos empreendedores no país. De acordo com Pereira (2007), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em sua pesquisa da economia informal urbana em 2003, apontou a existência de 10,5 milhões de pequenas empresas não agrícolas no Brasil, onde 96% destas não receberam nenhuma assistência técnica, jurídica e financeira nos últimos cinco anos; isso mostra o potencial de crescimento do microcrédito. Mas, em 2006 foram realizadas apenas 828,8 mil operações de microcrédito produtivo orientado, somando R\$ 831,8 milhões. Onde 75% dessas operações se realizaram no nordeste, através do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e deste total 62% dos empréstimos foram concedidos às mulheres. Essa modalidade de crédito possui 360 mil clientes ativos, podendo ser acrescido mais 160 mil se considerarem o aumento das instituições habilitadas.

Devido a pouca procura por essa modalidade o risco se concentra podendo elevar o número de inadimplência no setor. Essa possibilidade de não pagamento do empréstimo afeta diretamente a “saúde financeira” da instituição, ocasionando um impedimento para que o programa de microcrédito seja sustentável e eficaz na redução da pobreza. Para diminuir esse risco, o governo deve investir mais em propaganda, para conscientizar um maior número de pessoas sobre os benefícios dessa modalidade de crédito, com o intuito de aumentar a demanda efetiva no país e com isso minimizar ocorrência da inadimplência, ou seja, o não pagamento do empréstimo.

5.3 Problemas de focalização, alcance e eficiência

Conforme relata Toneto Jr e Gremaud (2002), a política do microcrédito pode apresentar uma série de problemas de focalização, alcance e eficiência. Pelo fato dessa política não atingir muitas vezes o público-alvo, favorecendo camadas de renda mais elevadas que muitas vezes já estão inseridas no mercado. Essas dificuldades encontradas no programa referem o dilema sustentabilidade *versus* focalização. Devido à precisão que essas instituições microfinanceiras tenham em cobrir os custos operacionais e obter lucro, ou seja, a necessidade da sustentabilidade, elas acabam se afastando dos pobres, do foco principal. Devido a isso, vê-se a necessidade de se programar políticas públicas que auxiliem o microcrédito a atingir o público ao qual se foi destinado, evitando o enfoque nos microempreendedores firmados no mercado e que estão fora da linha da pobreza.

No geral, os programas de microcrédito apresentam taxas de juros nominais mais baixas que as dos agiotas, mas devido a inúmeros requisitos pedem juros reais mais elevados. Assim, acabam afastando muitos pobres desse segmento, tendo em vista que o prazo de pagamento se torna menor e com isso as parcelas se elevam. Faz necessário que o governo adote medidas de incentivo como descontos nas parcelas para quem cumprir com as obrigações em dia, entre outros. Só assim, o microcrédito pode realmente minimizar o problema de alcance, tornando-se mais eficiente no cumprimento de seu objetivo. A eficiência desse programa de crédito popular produtivo será alcançada se a focalização desse empréstimo realmente conseguir abranger os mais pobres, para que todas as vantagens venham a acontecer na sociedade. Percebe-se que, também são necessárias políticas que auxiliem as instituições se tornarem sustentáveis com capital suficiente para ampliar os clientes ativos, para que uma maior parcela das pessoas de baixa renda sejam atendidas e beneficiadas.

5.4 Poluição

A necessidade de ampliar as unidades produtivas do país, para minimizar o desemprego, acarreta em um aumento da poluição ambiental. Sabe-se, que toda a atividade contribui para aumentar a poluição e que os maiores poluidores são as grandes empresas. Mas, essas microempresas em conjunto podem elevar os índices de poluição da água, do solo e do ar por se utilizar do consumo irracional de fatores e técnicas antigas de produção. Muitos dessas atividades produtivas criam resíduos que acabam poluindo os rios que cortam essas cidades, devido à falta de consciência ambiental. Além disso, o consumo de água e energia, muitas vezes não é racionado, contribuindo para o desgaste dessa riqueza e podendo afetar o

consumo no longo prazo, ou seja, alguns desses empreendimentos não conhecem a sustentabilidade ambiental que é utilizar racionalmente os fatores de produção de maneira a não prejudicar o futuro.

6 Conclusão

As disparidades quantitativas da renda nas regiões brasileiras geram a exclusão social e intensificam o processo de precarização nas relações trabalhistas, fortalecendo os índices de desemprego. A informalidade na economia vem se intensificando no país como forma de superar ou minimizar problemas advindos da pobreza e da falta de oportunidade de emprego.

O Brasil possui uma elevada taxa de empreendedorismo, mas a falta de políticas públicas direcionadas a esse setor tem causado um aumento nos negócios informais, devido às dificuldades que os microempreendedores enfrentam. Um dos empecilhos encontrado pelos microempreendedores é a dificuldade de acesso ao crédito no sistema financeiro tradicional, devido à falta de garantias reais e de documentação necessária. Por isso, o setor microfinanceiro vem se expandindo no país para atender essa demanda potencial e contribuir para a democratização do acesso aos serviços bancários.

O microcrédito, principal componente das microfinanças pode ser conceituado como um empréstimo de baixo valor, concedido aos microempreendedores formais e informais de baixa renda que tem dificuldades de acesso ao crédito tradicional para financiar a atividade produtiva, contendo uma metodologia diferenciada adequada às necessidades do microempreendedor, gerando emprego e renda, contribuindo para a inclusão social dos familiares beneficiados por essa modalidade creditícia.

A atividade de microcrédito, como qualquer outra atividade, gera impactos na economia, trazendo benfeitoria ou perdas aos outros setores da sociedade. Os benefícios são considerados na teoria econômica como uma externalidade positiva, que neste caso, geram inclusão social devido a um aumento na demanda por emprego, um incremento na renda familiar, uma diminuição da criminalidade, um aumento na taxa de empreendedorismo, promovendo uma descentralização da atividade produtiva, podendo gerar desenvolvimento regional, além de contribuir para elevar a produtividade e o investimento. As perdas ou custos gerados pelo microcrédito são denominados de externalidades negativas, que acabam prejudicando alguns setores, devido aos problemas de informação, endividamento, risco concentrado, inadimplência, relacionados com os problemas de focalização, alcance e eficiência do microcrédito.

Portanto, conclui-se que, o governo deve programar políticas que objetivam o aumento da oferta do crédito produtivo orientado, para que a demanda efetiva se aproxime da demanda potencial, fazendo com que os benefícios dessa atividade possa se estender para um número maior de pessoas de baixa renda. Além de promover treinamentos às instituições ofertantes e aos empreendedores beneficiados, para que as externalidades negativas sejam minimizadas ao máximo, focalizando a sustentabilidade dos agentes envolvidos.

7 Referências bibliográficas

CORSINI, José Nelio Monteiro. **Microcrédito e inserção social em cidades baianas: estudo da experiência do centro de apoio aos pequenos empreendimentos da Bahia - CEAPE/Bahia**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, Universidade Salvador – UNIFACS, em 2007. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/pnmpo/pnmpo_biblioteca.asp>. Acesso em 10 de abril de 2009.

COSTANTIN, Paulo Dutra. **Externalidades positivas da renda básica e do microcrédito na economia capitalista**. 2002. Disponível em: <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0044556.pdf>>. Acesso em 15 de janeiro de 2009.

GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Cláudia. **Finanças Públicas**. São Paulo: Campus, 2000.

JORDÃO, Rosemary Tonhosolo. **O microcrédito e seu impacto no desenvolvimento humano: uma estratégia de relações públicas para a distribuição de renda**. 2003. Disponível em: <<http://gestcorp.incubadora.fapesp.br/portal/monografias/pdf/51.pdf>>. Acesso em 03 de março de 2009.

KANDIR, Antônio. **O caminho do desenvolvimento: do Brasil hiperinflacionário ao Brasil competitivo e solidário**. São Paulo: Atlas, 1998.

LIMA, Adelaide Motta de. **Finanças de proximidade: um modelo de financiamento para Arranjos Produtivos Locais**. 2004. Disponível em: <<http://www.neapl.sedetec.se.gov.br/modules/wfdownloads/visit.php?cid=1&lid=3>>. Acesso em 19 de fevereiro de 2009.

PEREIRA, Almir da Costa. **Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO): Descrição, resultados e perspectivas**. Artigo. 21 p. Banco Central do Brasil; Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – Ministério do Trabalho e Emprego. Porto Alegre – RS. 2007. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/microfinancas/arquivos/horarioarquivos/trab_pdf>. Acesso em 15 de dezembro de 2008.

SEBRAE. **Microcrédito: quando pouco dinheiro pode gerar milhões de benefícios**. Revista Sebrae – junho de 2003. Disponível em: <[http://www.dce.sebrae.com.br/bte/bte.nsf/FB32E3E3F94AAF0DC032570150048D6CB/\\$file/NT000A8BEEE.pdf](http://www.dce.sebrae.com.br/bte/bte.nsf/FB32E3E3F94AAF0DC032570150048D6CB/$file/NT000A8BEEE.pdf)>. Acesso em 10 de janeiro de 20 de 2009.

SGRECCIA, Giovana Milani. **A importância estratégica do microcrédito para o desenvolvimento econômico brasileiro no século XXI**. 2006. Monografia de Bacharelado em Economia. PUC - São Paulo. Disponível em: <[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/1D7B269B07FEE04A03256EAE005EC615/D60576A0A1649B3783257282004EA7C3/\\$FILE/monografia-giovana_milani_sgreccia.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/1D7B269B07FEE04A03256EAE005EC615/D60576A0A1649B3783257282004EA7C3/$FILE/monografia-giovana_milani_sgreccia.pdf)>. Acesso em 13 de dezembro de 2008.

SOARES, Mardem Marques; MELO SOBRINHO, Abelardo Duarte. **Microfinanças: o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito**. Brasília: BCB, 2007.

TONETO JR, Rudinei; GREMAUD, Amaury Patrick. **Microcrédito e o financiamento rural: recomendações de desenho e gestão a partir da experiência mundial**. 2002. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/pnmpo/microcredito_financiamento_rural.pdf>. Acesso em 12 de janeiro de 2009.